

Violência de gênero e jornalismo: reflexões epistemológicas a partir de narrativas de um problema cotidiano

Elton Antunes

Carlos Alberto Carvalho

Bruno Souza Leal

Resumo:

A partir de pesquisa realizada entre 2012 e 2017, observando coberturas jornalísticas de violências físicas e simbólicas contra mulheres em mídias impressas, radiofônicas, televisivas e portais de internet nacionais e mineiros, argumentamos que há intrincadas dimensões epistemológicas e teóricas que emergem para os estudos em jornalismo. Estudos empíricos de realidades multifacetadas de problemas sociais como as violências de gênero – físicas e simbólicas – indicam a necessidade de ir além do aparente, compreendendo como, no jornalismo, regimes de tornar visível e gerar invisibilidades estão intimamente associados. Consequentemente, a pesquisa indicou, por meio de observação de textualidades verbais e audioverbovisuais, que as violências de gênero quase nunca são assim caracterizadas pelo jornalismo, assim como estão praticamente ausentes dimensões de raça, classe, orientação de gênero e outras.

Palavras-chave: Gênero. Metodologia. Jornalismo.

Gender violence and journalism: epistemological reflections on the narratives of an everyday problem

Abstract:

Based on research conducted between 2012 and 2017, by observing the journalistic coverage of physical and symbolic violence against women in both national and Minas Gerais' print, radio, television and digital media, we argue that there are intricate epistemological and theoretical dimensions that emerge for journalism studies. Empirical studies of multifaceted realities of social problems such as gender-based violence – physical and symbolic – indicate the need to go beyond what is apparent, understanding how, in journalism, regimes of making visible and generating invisibility are closely associated. Consequently, this research shows, through observation of verbal and audioverbovisual textualities, that gender-based violence is almost never characterized as such in journalism, just as dimensions of race, class, gender orientation and others are practically absent.

Keywords: Gender. Methodology. Journalism.

Recebido em: 29.04.24

Aprovado em: 22.10.24

Elton Antunes

Professor associado do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do grupo de pesquisa Ex-press: Historicidade das Formas Comunicacionais.

E-mail: eltunes@uol.com.br

Carlos Alberto Carvalho

Professor associado do Departamento de Comunicação Social da UFMG, lecionando na graduação e na pós-graduação. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG, com estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, Portugal. Coordenador do Insurgente, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista Produtividade PQ2 do CNPq.

E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

Bruno Souza Leal

Professor permanente do PPGCOM/UFMG e coordenador do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Pesquisador do CNPq.

E-mail: brunosleal@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

A pesquisa acerca das relações de gênero e sexualidade no campo da Comunicação enfrenta, por certo, grandes desafios. Se podemos dizer que tais estudos já se desenvolvem há vários anos, é mister reconhecer que só recentemente eles começam a ganhar volume e diversidade. Em parte, esse cenário vem do próprio esforço histórico de constituição da Comunicação como área de saber, de suas bases e interfaces inter e transdisciplinares, além das incertezas e escolhas metodológicas decorrentes. Em parte, vêm também da constituição do gênero e da sexualidade como fenômenos a serem explorados e dos enfrentamentos epistêmicos, disciplinares e políticos que impõem (Buonanno *et al.*, 2014; Byerly, 2018; Horowitz, 2018; Butler, 2024).

Nos marcos dos estudos de gênero e Comunicação no Brasil, algumas peculiaridades devem ser destacadas, em especial aquelas que dizem respeito à sobreposição entre estudos de gênero e estudos feministas, incluindo aí o papel do movimento feminista, e entre estudos em Comunicação e estudos de mídia. Se o movimento feminista entre nós se configurou através do engajamento de professoras universitárias e profissionais liberais e que suas conformações ao longo do tempo são um elemento-chave para o entendimento dos estudos de gênero no país (Escosteguy, 2008), as articulações entre feminismo (como movimento político e perspectiva teórica) e estudos de gênero (como um campo de estudos) parecem ser mais complexas e, talvez desconfortavelmente, contraditórias.

É o que atestam Martinez, Lago e Lago (2016), quando o desafio é pensar um panorama mais localizado como o das pesquisas que tematizam especificamente os modos como o jornalismo intercepta as questões de gênero. A partir de produções apresentadas em encontros dessa subárea, as autoras identificam o pequeno número de trabalhos – todos produzidos por pesquisadoras – que, além disso, têm como ancoragem referências estrangeiras, vinculadas, em sua maioria, “a um primeiro momento” dos estudos de gênero. Chama a atenção, ao contrário do que Chabaud-Rychter *et al.* (2014) verificaram nas Ciências Sociais, o predomínio de trabalhos teóricos em detrimento daqueles que envolvem pesquisa de campo.

Esse diagnóstico como que contradiz as expectativas apresentadas no levantamento, de escopo diverso, publicado em 2008, mas escrito um ano antes por Ana Carolina Escosteguy. Parece-nos que, naquele momento, a pesquisadora via com otimismo a articulação entre estudos de gênero e Comunicação, e o desenvolvimento de estudos de recepção, nos marcos dos estudos culturais. Isso, porém, sem deixar de reconhecer um “problema de dispersão” na produção científica brasileira sobre gênero, articulada, a seu ver, à “recente institucionalização” do campo da Comunicação e à “inexistência de revisões bibliográficas específicas” (Escosteguy, 2008, p. 7). Em reflexão posterior, Escosteguy ajusta e amplia sua reflexão, indicando o papel do ativismo político feminista no adensamento das relações entre o campo da Comunicação e as questões de gênero (Escosteguy, 2020).

Quando, em 2012, iniciamos uma pesquisa com o objetivo de investigar e refletir sobre as condições de emergência do testemunho na produção jornalística que trata da violência de gênero, particularmente dos crimes contra as mulheres, em relações de proximidade, tínhamos consciência de pelo menos parte desses desafios. A investigação, desde seu início, partiu de um diagnóstico social terrível, uma vez que a violência de gênero contra a mulher no Brasil alcança dimensões alarmantes: o país ocupava posições de ponta do *ranking* mundial de assassinatos de mulheres (Waiselfisz, 2015) e, em 2013, registrou-se uma média de sete assassinatos de mulheres ao dia por figuras com quem elas mantinham relações de proximidade – parceiros ou ex-parceiros afetivos e sexuais das vítimas, homens com quem essas mulheres estabeleciam relacionamentos que envolviam afetos, sentimentos e confiança. Tais mortes, associadas a uma multiplicidade de formas

de agressão e de violência cometidas por parceiros íntimos, constituem um cenário de violência sistemática que se dá em um quadro de assimetrias de poder e de gênero. Como refletem Portella e Ratton (2015, p. 105), “em uma sociedade misógina, a condição feminina seria um fator de risco para a violência letal, especialmente nas relações íntimas e familiares”.

Em 2021, dados disponíveis no *site* do Instituto Patrícia Galvão demonstram que as violências contra mulheres motivadas pelas dinâmicas das relações de gênero continuam preocupantes no Brasil, em parte agravadas pela pandemia de Covid-19, que forçou convívios em lares violentos e aumentou as vulnerabilidades das mulheres, por exemplo, impondo dificuldades adicionais de acesso aos serviços de saúde. Mas não só, à medida que outros dados são também alarmantes: 76% das mulheres já sofreram violência e assédio no trabalho; 97% das mulheres já sofreram assédio nos meios de transporte; uma mulher é vítima de estupro a cada oito minutos; uma mulher trans ou travesti é assassinada a cada dois dias; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; 30 mulheres sofrem agressões físicas a cada 30 minutos. Levantamento publicado no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) reitera a gravidade do quadro indicando em seu último levantamento que, das 4.034 mulheres assassinadas no Brasil em 2022, estima-se que 35,6% foram feminicídios. Isso em um quadro de “um crescimento muito significativo e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e os feminicídios” (Bueno, 2023, p. 136).

A dimensão trágica e incontornável dessa violência não implica, contudo, que sua compreensão seja evidente para as diferentes abordagens mobilizadas na pesquisa social. Se violência contra as mulheres é um fenômeno global, a forma como tais crimes ocorrem e são percebidos varia em diferentes contextos e países. Os estudos de jornalismo e mídia que examinam os relatos que tratam da violência contra as mulheres são mais escassos no Sul Global (Baker; Bustamante; Relly, 2023a). Tal realidade obriga a um cuidado extra ao referenciar pesquisas internacionais que tomam como objeto os processos jornalísticos, em especial estudos que têm como referências realidades da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e Austrália, em que as taxas de homicídio contra as mulheres estão entre as mais baixas do mundo e a violência de gênero tem componentes bem peculiares se cotejadas com outras regiões. Nesse ambiente de reflexão, parte da literatura internacional opera com a noção de *Intimate Partner Violence* (IPV), mas devemos estar alertas para a inexistência de uma definição consensual do que seja a violência contra a mulher e os modos como ela pode ser analisada (Debert; Gregori, 2016; Dekeseredy; Schwartz, 2011; Mourão, 2014; Pasinato, 2011, 2014; Soares, 2012; Vasconcellos, 2014; Portella; Ratton, 2015). Tal complexidade nos obriga, na pesquisa em Comunicação, em especial com temáticas do jornalismo, a cuidados extras no modo de aproximação para estudar esses fenômenos e requer uma cuidadosa avaliação da repercussão sobre os métodos, em especial, da ética na pesquisa (Bender, 2017) ao lidar com a experiência subjetiva das pessoas envolvidas nesse quadro de violência.

Nesse sentido, o modo como o desenho metodológico foi mobilizado em nossa prática de pesquisa produziu um conjunto de questões epistemológicas paradoxais na aproximação entre Comunicação, jornalismo e violência de gênero. Em alguma medida, nos vimos em vários momentos tensionados ao operar tanto com uma ideia de “ilusão referencial” dos relatos acerca da violência contra a mulher quanto com certa “inocência” epistêmica nas formas do conhecer, ao mesmo tempo da comunicação jornalística e da prática de pesquisa. A premissa inicial de evitar que os relatos que tratassem da violência contra a mulher fossem vistos apenas como representações – como modos de falar do que ocorre na sociedade ou como relatos que trazem indícios da experiência social – se apresentou constrangida por limites evidentes acerca das formas de saber (e não saber) a violência de gênero na interface com a Comunicação.

Neste artigo, então, desenvolvemos alguns apontamentos em torno de duas dimensões mais evidentes desses limites epistemológicos: a relação entre a produção dos “dados”, o saber da pesquisa e o saber jornalístico e a questão da violência das textualidades. Esses apontamentos, propositalmente não conclusivos, são elaborados tendo em vista uma reflexão de fundo acerca dos desafios metodológicos na pesquisa em Comunicação e Gênero. Defendemos, aqui, diante das questões que envolvem a pesquisa de gênero em Comunicação, que o contato empírico com diferentes realidades e aspectos de um problema social multifacetado tem uma importante dimensão epistemológica, que explicita modos de saber e não saber e também articulações complexas com experiências socialmente localizadas. Nessa perspectiva, um dos obstáculos a serem superados é ir além do que é tido como “já sabido” ou já enunciado sobre o assunto, como buscaremos indicar.

Para tentar superar os desafios de pesquisas sobre como o jornalismo lida com as violências físicas e simbólicas contra mulheres, tomamos alguns cuidados. Assim, lidamos com o material coletado evitando visões totalizantes, adotando como inspiração reflexões oriundas da História e da Filosofia da História que lidam com aspectos indiciários (Ginzburg, 1989; Ricoeur, 2010). Desse modo, por um lado, buscamos recolher indícios que nos permitissem caracterizar aspectos de uma realidade mais ampla. Por exemplo, em que medida as violências de gênero contra mulheres são abordadas enquanto tal pelas mídias jornalísticas investigadas ou tratadas como parte das violências cotidianas genericamente subsumidas em dados estatísticos cujos números encobrem a complexidade dos atos violentos. Assumimos de antemão, por outro lado, que o compromisso com a empiria, com recortes espaciais e temporais delimitados, não comporta generalizações ou universalizações, evitando a sugestão de que explicariam, ou poderiam ser explicados, por outros dados empíricos.

Repensando metodologias

Para realizar o movimento de aproximação com as narrativas jornalísticas e as violências de gênero – físicas e simbólicas – contra mulheres, realizamos uma coleta de matérias de maio de 2013 a fevereiro de 2014 nos portais de internet UOL, G1 e Uai, nos jornais impressos *Estado de Minas* e *Super Notícia*, no programa radiofônico *Jornal da Itatiaia 1ª Edição*, e nos telejornais *Jornal Nacional* (TV Globo), *Jornal da Alterosa* (SBT/MG) e *Balanço Geral* (Record/MG). Os portais UOL e G1 e o *Jornal Nacional* são vinculados a empresas de mídia que abrangem, em sua distribuição, todo o território brasileiro, enquanto os jornais impressos *Super Notícia* e *Estado de Minas*, o *Jornal da Itatiaia*, o portal Uai e os telejornais *Jornal da Alterosa* (SBT/MG) e *Balanço Geral* (Record/MG) têm distribuição direcionada à região metropolitana de Belo Horizonte e ao estado de Minas Gerais, ainda que podendo se espalhar sem barreiras geográficas por meio da internet. Todas as mídias jornalísticas acompanhadas referem-se, portanto, ao universo do chamado jornalismo *mainstream*.

Foi realizado monitoramento diário dos jornais impressos, em todas as suas seções e editoriais. A sistemática de coleta orientou-se pela metodologia do “mês falso”: cada mídia selecionada foi acompanhada por quatro semanas distintas, ao longo de cinco meses, seguindo certa regularidade do agir midiático. Como resultado desse monitoramento, obtivemos material equivalente a oito semanas ao longo de nove meses de trabalho. O acompanhamento dos portais ocorreu em três momentos diários: manhã, tarde e noite, no esforço de acompanhar a rotatividade de notícias. Os telejornais e o rádiojornal foram gravados no momento em que foram veiculados. Com tais procedimentos, geramos um banco de dados com 607 matérias, sendo 18 do rádiojornal, 86 dos jornais impressos, 386 dos portais e 117 dos telejornais. O processo de codificação do conteúdo teve como ponto de partida

a elaboração de ficha de coleta de dados, testada pelos membros da equipe na sua operacionalização e na adequação e capilaridade frente aos textos jornalísticos. Essas instruções implicaram teste e exaustiva discussão de uma ficha de catalogação do material, com definições de lista de variáveis. Exercícios de nivelamento dos membros da equipe, de manuseio e aplicação da ficha e de operacionalização dos procedimentos de coleta foram realizados a partir de uma análise interpretativa dos materiais, com clara instrução às pesquisadoras e aos pesquisadores acerca de como proceder. Tais procedimentos geraram uma amostra não probabilística, sem significância estatística, mas, a nosso ver, representativa de como se deu em tais relatos jornalísticos a dinâmica de construção das narrativas tendo em conta os processos de violências físicas e simbólicas envolvidos, a percepção das pessoas implicadas, a maneira como foram reportados os eventos, as dimensões ético-morais acionadas e os campos semânticos que emergem em torno das narrativas dos crimes relativos às circunstâncias, motivações, causalidades e consequências.

De início, é importante salientar que não verificamos um movimento homogêneo na cobertura das diferentes mídias em termos quantitativos. Ocorreram oscilações no número de unidades informativas que variam segundo as mídias e os momentos de cobertura, não sendo possível identificar um padrão ou tendência. Alguns picos são verificados em momentos de casos que merecem, por parte do jornalismo, continuidade na cobertura, com a retomada dos acontecimentos com o objetivo de atualizar informações. Envolvem, em geral, episódios que provocam grande comoção social ou com presença evidente de personalidades públicas.

No material noticiado, observando-se o conjunto das plataformas midiáticas, constatamos a recorrência de referência a eventos que envolvem a presença de violência física, não necessariamente resultando em feminicídios, como elemento central na caracterização do acontecimento, que prevalece fortemente sobre outras formas de violência. Neste trabalho, distinguimos como violência simbólica os relatos que mencionam violência de ordem psicológica, moral e patrimonial, conforme define a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) e agrupam ações do tipo assédio moral, chantagem, opiniões e declarações pejorativas, difamação e ofensas. As modalidades de violência física reúnem relatos de atos das categorias violência física e sexual, que resultam ou possam resultar em dano à integridade física da mulher, tais como a agressão física, estupro, encarceramento, mutilação, assédio sexual e outras. A preponderância de relatos reportando violência física apresenta uma particularidade significativa quando observadas as modalidades de violência que são noticiadas, com destaque para as violações sexuais. Quando observamos o aspecto de condenação da violência no noticiário, percebemos um tom fortemente editorializado nos telejornais, indicando comentários com posicionamentos marcados das mídias que os produzem e difundem. Verificou-se em algumas mídias certa dissociação entre condenação da violência e condenação do agressor, em especial nos portais nacionais e nos telejornais locais, sendo também pouco frequente a responsabilização de autoridades policiais ou o Estado pela ocorrência de violência contra as mulheres.

Observando especialmente a realidade do jornalismo impresso, no que se refere ao destaque conferido às notícias no âmbito dos jornais, o *Super Notícia* dá, pelo seu aspecto editorial, de mídia dirigida a populações de menor poder econômico, maior evidência ao tema. Das notícias publicadas pelo *Super*, 38,6% tiveram chamada na primeira página, contra 16,7% do *Estado de Minas*. No jornal “popular”, 63,6% das matérias publicadas sobre o tema contaram com o uso de imagens fotográficas, contra 52,4% no chamado jornal de referência.

Da mesma maneira, considerando o lugar de exibição nos telejornais, ocorre a predominância desse noticiário no primeiro e segundo blocos de apresentação, indicando tanto uma leitura do interesse do público (proximidade) quanto o destaque que tal noticiário adquire na apresentação. A apresentação ocorre no pri-

meiro e segundo blocos em 90,8% dos casos no *Balanço Geral*, 97,6% dos casos no *Jornal da Alterosa*, e em 100% dos casos no *Jornal Nacional*.

No material noticiado, observando-se o conjunto das plataformas midiáticas, constata-se a recorrência de referência a eventos que envolvem a presença de violência física como elemento central na caracterização do acontecimento, que prevalece fortemente sobre a violência simbólica. Há, contudo, dois movimentos perceptíveis nas chamadas mídias de referência. O telejornal *Jornal Nacional* inverte a relação acerca do tipo de violência objeto das notícias. Foram 36,4% tratando de episódios envolvendo violência física e 63,6% de relatos tratando de violência simbólica. Ainda que não realizem tal inversão, cabe destacar que o jornal regional de referência *Estado de Minas* e o portal de internet G1 também apresentam, comparados às demais mídias, quase ¼ das notícias tratando de modalidades de violência simbólica.

TABELA 1 - Modalidades de violência nos relatos jornalísticos

<i>Tipo de violência abordada</i>	<i>Física</i>	<i>Simbólica</i>
<i>Jornal Estado de Minas</i>	76,2%	23,8%
<i>Jornal Super Notícia</i>	93,2%	6,8%
<i>Rádio Itatiaia</i>	94,4%	5,6%
<i>Portal de notícias G1</i>	74,6%	25,4%
<i>Portal de notícias Uai</i>	86,6%	13,4%
<i>Portal de notícias UOL</i>	80,3%	19,7%
<i>Telejornal Balanço Geral</i>	92,3%	7,7%
<i>Telejornal Jornal da Alterosa</i>	90,2%	9,8%
<i>Telejornal Jornal Nacional</i>	36,4%	63,6%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa Narrativas de um problema cotidiano.

A preponderância de relatos reportando violência física apresenta uma particularidade significativa quando observadas as modalidades de violência que são noticiadas. Os crimes envolvem sobretudo episódios de feminicídio, mas, considerando que não são modalidades exclusivas de violência, destaca-se o número de crimes sexuais. Tal modalidade mantém indicadores próximos, iguais e, por vezes, superiores às notícias que reportam diferentes modalidades de agressão física – isso ocorre em sete das nove mídias acompanhadas.

TABELA 2: Frequência de tipos de violência física reportados do total de notícias

Modalidade de violência	Prisão	Estupro — assédio sexual	Agressão	Assassinato
Estado de Minas	9,5%	21,4%	19,0%	33,3%
Super Notícia	2,3%	22,7%	15,9%	45,5%
G1	6,7%	23,7%	20,7%	41,5%
Uai	3,4%	19,7%	6,8%	60,7%
UOL	1,7%	23,7%	32,2%	49,2%
Balanço Geral	8,3%	20,0%	25,0%	40,0%
Jornal da Alterosa	16,2%	16,2%	16,2%	48,6%
Jornal Nacional	0%	20,0%	20,0%	60,0%
Rádio	17,6%	23,5%	17,6%	47,1%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa Narrativas de um problema cotidiano

Não se observou relação evidente entre as notícias que lidam com episódios de morte de mulheres e outros casos envolvendo violência sem feminicídio no âmbito das mídias ditas regionais. Não se verifica ainda, como dito, um padrão homogêneo entre as diferentes mídias informativas.

O portal regional de internet Uai funciona como um grande repositório de ocorrências, fazendo registro generalizado de diversos episódios, sem maiores preocupações com triagem ou seleção do que será publicado. É a única mídia informativa em que o número de relatos relativos aos feminicídios se sobrepõe às demais formas de violência. Indica uma tentativa de registro de material oriundo de fontes diversas, outras mídias e instituições policiais. As demais mídias, com proporções diferentes, apontam os feminicídios como uma dimensão de um conjunto mais vasto de violências reportadas.

O único telejornal da pesquisa considerado como “jornal de referência” no que se refere aos modos como organiza seu material noticioso, o *Jornal Nacional*, é aquele que apresenta o menor número de casos, permitindo indicar que certa imagem da associação entre notícias de morte e jornalismo “sensacionalista” é ainda estruturante no universo da mídia informativa, provavelmente fazendo com que o *Jornal Nacional* se mantenha distante de acontecimentos potencialmente identificáveis com o sensacionalismo. No universo radiofônico, a quantidade de material é pequena, indicando naquele momento pouca porosidade do Jornal da Itatiaia ao tema. O telejornal *Balanço Geral* pode ser considerado quase uma mídia especialista em questões relativas a violência, dado o volume de cobertura comparada às demais mídias e se considerarmos a especificidade dos portais em registro de unidades informativas, muitas vezes funcionando mais como “repositório” de notícias oriundas de outras mídias do que resultado de processos próprios de apuração. Mesmo sendo uma produção televisiva, responde por quase 20% dos relatos no conjunto das mídias e na sua distribuição interna tem uma proporção significativa de relatos de outras formas de violência.

Já o modo como a tematização da violência aparece nas mídias regionais tem aspectos que devem ser destacados. No material que trata de todas as formas de violência que tiveram mulheres como alvo, há um apelo mais acentuado nas mídias televisivas e no portal de internet. O noticiário no rádio é o que menos indicou o tema da violência contra a mulher como o aspecto central para a construção do relato. Há, entretanto, uma evidente distinção entre os jornais impressos. O *Super Notícia* tem, nos casos de morte de mulheres, uma indicação mais acentuada de que o episódio é o tema central, enquanto que no jornal *Estado de Minas* quase a metade dos relatos não tem o feminicídio como o tema primário da notícia, prevalecendo outras modalidades de violências físicas e simbólicas.

Destacamos, como aspecto particularmente relevante para a proposta feita pela pesquisa, que a aparente “distribuição” dos agressores dos episódios relatados modifica-se quando o agrupamento se dá pelos relacionamentos com parceiros íntimos. Da extensa lista de agressores (amigo; clientes; colega de escola/faculdade; colega de trabalho; ex-marido; ex-namorado; filho; irmão; mãe; marido; namorado; pai; parente; patrão; prestador de serviços; vizinho) apontados no noticiário, eles aparecem concentrados em igual medida entre parentes e pessoas de relação de trabalho/serviço e com grande destaque entre os parceiros afetivos com quem as mulheres mantiveram alguma intimidade (marido, namorado, ex-marido ou ex-namorado). Nesse último caso, identificamos particular atenção da cobertura para tais episódios: o percentual de matérias que tem como referência tais agressores vai de 35,6% no jornal *Estado de Minas* até 54,5% no *Jornal Nacional* e no *jornal Super Notícia*.

Tabela 3: Matérias que reportam violência contra mulher - parceiros e ex-parceiros.

Agressor	EM	SN	Rádio	G1	UAI	UOL	BG	JÁ	JN
Parceiros e Ex-parceiros	35,6%	54,5%	50,1%	40,8%	46,3%	43,7%	39,9%	36,7%	54,5%

Fonte: pesquisa Narrativas de um problema cotidiano

No que se refere ao local da ocorrência reportado pelo noticiário, a violência contra a mulher é tipicamente matéria de referência aos acontecimentos que tiveram sede no país, sendo praticamente inexistentes notícias que abordem casos de assédio, agressão e assassinatos de mulheres ocorridos fora do Brasil. Pode-se inferir que a cobertura jornalística da violência contra a mulher assume seu caráter cotidiano, doméstico nesse sentido, o que é confirmado quando se observa a atenção dada à realidade regional (delimitada pela abrangência de cada mídia informativa, ou seja, uma área metropolitana, o estado ou mesmo zonas regionais específicas) que predomina no jornalismo popular. Mesmo quando consideramos as mídias ditas “nacionais”, como o *Jornal Nacional*, a referência ao local onde a violência ocorreu é parte importante da narrativa noticiosa.

Para a construção dos relatos, um aspecto a ser enfatizado é a origem das informações. Prevalece em todas as mídias informativas, de forma acentuada, a autoridade policial como fonte, por vezes única, da maioria das informações prestadas, seja na forma de depoimento direto dos agentes públicos ou através de instrumentos legais, como os boletins de ocorrência. Quando presentes nas cenas dos acontecimentos ou buscando recompô-las, os noticiários televisivos não se furtam a ouvir, além da autoridade policial, os agressores, cuja presença nas narrativas muitas vezes tem duração maior que a das vítimas. Estas perdem espaço também para pessoas próximas, como parentes e amigos, que nas notícias falam em nome delas. Essa atenção à autoridade policial, ao agressor e a pessoas próximas em detrimento às mulheres vitimizadas se faz presente inclusive no *Jornal Nacional*.

Esse conjunto de dados gerais apresentados aqui abre, a nosso ver, um leque bastante amplo de questões sobre o agir midiático e jornalístico e sua relação com a violência de gênero. O trabalho de pesquisa, do ponto de vista da reflexão metodológica, tornou evidentes os limites e implicações das chamadas “análises de cobertura” jornalística (Silva; Maia, 2011), que em parte também realizamos e que, ao nosso ver, materializam inevitavelmente uma “redução de complexidade” dos fenômenos. A princípio, essa simplificação surge como inevitável a qualquer método de análise que considere um volume maior de dados, sendo vista então como fundamental para dar visibilidade a temas, situações, eventos e algumas de suas dimensões principais. No entanto, na direção contrária, o aparato metodológico promove invisibilidades que não só impactam no alcance dos resultados obtidos, como acrescenta uma outra camada de silenciamento, para além daquela já promovida pelos agentes jornalísticos. Na mesma linha, a centralidade da análise de conteúdo – fundamental para o exame da cobertura –, mesmo revisada de modo a superar suas bases verbocêntricas e informacionais (Leal; Antunes; Vaz, 2012), se constituiu como uma moldura operacional que circunscreve fortemente os modos de apreensão sobre o que foi dito em relatos jornalísticos, ou seja, os temas tratados, as recorrências; as vozes, enquadramentos e perspectivas de abordagem que se apresentam nas notícias. Essa opção metodológica, se permite indexar um grande volume de dados e observar recorrências e pontos “fora da curva”, não permite dar ênfase às dinâmicas enunciativas presentes numa dada narrativa ou mesmo num conjunto menor delas, deixando de lado, por exemplo, posições de enunciador e de enunciatário e a apreensão da qualidade dos gestos enunciativos que constituem os relatos.

Análises como as empreendidas na pesquisa em tela, com diversidade de mídias e o alcance temporal alargado, permitiram vislumbrar tendências mais gerais do jornalismo na cobertura noticiosa, tanto em suas dimensões regionais, quanto

nacionais. Em especial, ficaram nítidas as dificuldades das diferentes plataformas em tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres como componentes das relações de gênero. A leitura do conjunto de narrativas pouco informa sobre as dinâmicas e hierarquizações que, a partir da misoginia, do patriarcalismo, do machismo e demais modalidades de depreciação das mulheres, leva a que elas sejam sistematicamente assassinadas, agredidas física e moralmente e, não raro, culpabilizadas por aquilo de que são vítimas. O olhar orientado por princípios teóricos e metodológicos, portanto, é o que permitiu agrupar, em mais de 600 narrativas jornalísticas, um conjunto que internamente à investigação denominamos como pertinente à esfera das violências e crimes operados segundo as lógicas das relações de gênero. Contudo, segundo o saber jornalístico que orienta sua produção, tais materiais quase nada dizem das marcas genéricas das violências cotidianas, naturalizadas segundo pressupostos de inteligibilidade muito pouco preocupados com as relações de gênero. Deparamo-nos, portanto, com uma “fala midiática” sobre violência de gênero que se circunscreveu à narrativa das ocorrências e, no máximo, à sua repercussão junto a comunidades e familiares. A dimensão de gênero propriamente dita, ou seja, o que faz com que recorrentemente homens vitimizem mulheres como algo “natural”, como expressão e performance de gênero, é deixada de lado. O tratamento pontual, centrado na ocorrência, como que paradoxalmente apaga ou dificulta reconhecer que se trata de casos semelhantes, vinculados a um mesmo fenômeno

O saber e o não saber jornalístico

A literatura que discute o modo como os relatos jornalísticos tratam da violência contra a mulher cometida por parceiros aponta recorrentemente características similares em diferentes países, em que pesem diferentes contextos socioculturais. Seja tratando dos casos que adquirem grande visibilidade midiática ou do noticiário mais cotidiano que reporta crimes de proximidade cometidos por parceiros íntimos, os estudos apontam para modelos de cobertura jornalística que primam pela ausência de elementos noticiosos capazes de evidenciar a dominância de valores culturais patriarcais. O noticiário é marcado pela recorrência de enquadramentos que reiteram mitos e estereótipos que culpabilizam as mulheres e obscurecem a responsabilidade dos agressores (Angélico *et al.*, 2014; Berns, 2001; Bullock; Cubert, 2002; Easteal *et al.*, 2018; Gillespie *et al.*, 2013; Gius; Lalli, 2014; Richards; Kirkland Gillespie; Dwayne Smith, 2011; Taylor, 2009), assim como de enquadramentos que ignoram a dimensão de problema social ao perceber tais acontecimentos como parte de tragédias privadas e não previstas (Nettleton, 2011; Ryan; Anastario; Dacunha, 2006). Em pesquisas voltadas especificamente para o contexto brasileiro, esses aspectos da cobertura aparecem também de forma reiterada (Ramos; Paiva, 2007; Sanematsu, 2011, 2019; Vivarta, 2011).

De certa maneira, tais estudos, absolutamente relevantes para mapear as representações da violência contra a mulher que emergem nos relatos jornalísticos, pouco dão conta de silenciamentos e invisibilizações em tais textualidades que são decisivos para a compreensão do fenômeno, como observam Antunes *et al.* (2019):

Estudos tradicionais da área têm uma contribuição limitada para a reflexão sobre o invisível. A *agenda-setting* busca a agenda, a materialidade do agendamento, e como foi agendado. Os critérios de noticiabilidade e os *news values* oferecem explicações e análises basicamente para a notícia publicada. O *gatekeeping* trata do que passou pelo portão e se tornou notícia, mas parece descartar o que ficou de fora. Na *framing analysis* a pergunta básica é: “O que vemos aqui?”. Ou seja, as explicações giram em torno do visível, do expressado. Entretanto, a esse acervo de perspectivas, temos acrescentado uma pergunta para pensar particularmente o jornalismo: “O que não vemos aqui?”. E para respondê-la, faz-se necessário superar uma lógica totalizante de que o jornalismo são as práticas, os produtos e as suas plataformas tecnológicas. Suspeitamos que, dentro desse círculo de um jornalismo mais tradicional, normativo e transmissivo, pode ser difícil considerar a existência de camadas invisíveis e que elas têm relação direta com a superfície. (Antunes *et al.*, 2019, p. 90)

A leitura cotidiana do noticiário realizada pelos diferentes agentes sociais, não orientada, não sistematizada e não interessada, segundo a lógica da dispersão informativa, tenderá a ver nesse conjunto noticioso somente as marcas genéricas das violências cotidianas, naturalizadas por pressupostos de inteligibilidade muito pouco preocupados com as relações de gênero. Isso diz do modo de percepção das mídias jornalísticas tal como os dados da pesquisa por nós realizada capturaram no período da coleta, e não de lógicas de circulação social dessas informações, que não constituíram, na ocasião, objeto de preocupação da investigação.

Em alternativa a tais quadros analíticos, trabalhos mais recentes nacionais e internacionais têm buscado oferecer perspectivas teórico-metodológicas que superem essa redução epistemológica na compreensão das textualidades jornalísticas que tratam da violência contra a mulher. São abordagens que privilegiam, para o exame dos relatos jornalísticos, metodologias multidisciplinares e variadas, de viés interseccional e em articulação com discussões oriundas da Antropologia Cultural, de estudos de gênero e teoria *queer*, do ativismo feminista e de crítica das práticas (Baker; Bustamante; Relly, 2023b; Caldeira, 2022; D'argemir; Hernández; Aparici, 2021; Nascimento; Gustafson; Coelho, 2022; Oliveira; Rodrigues, 2021; Silva; Araújo, 2024).

Tomemos o aspecto das interseccionalidades, ou a compreensão do modo como a violência de gênero contra as mulheres, nas relações de intimidade ou em contexto de proximidade, demanda articular categorias de sexo/gênero, classe e raça (Crenshaw, 2004; Akotirene, 2018). Compreender a violência contra a mulher em seus aspectos interseccionais é essencial para, ao observar as narratividades operadas pelo jornalismo, perceber se e como a inteligibilidade propugnada leva em conta o entendimento de um tipo específico de violência compatível com a dinâmica de múltiplas vulnerabilidades que se entrecruzam.

Por um lado, as diferenças socioeconômicas, as classes sociais, as clivagens a partir de dimensões étnico-raciais e a sexualidade das mulheres agredidas, como ponto de partida, não constituem problema para a inteligibilidade midiática dos casos narrados, exceto em situações de recusa de mulheres a terem relações sexuais com o agressor e que, por essa razão, foram assassinadas ou sofreram outras modalidades de violência. Mesmo nessas circunstâncias, não foi possível perceber, nas narrativas, referências às tentativas de sexo forçado como estupro, inclusive o praticado no interior do casamento. Consequentemente, poderíamos simplesmente afirmar que a interseccionalidade em relação às mulheres vitimizadas esteve ausente das narrativas ou, no máximo, se insinuou nas tramas das histórias construídas pelos agentes midiáticos.

Se essa ausência insinuante de uma perspectiva interseccional constitui uma leitura possível das narrativas, por outro lado, outros recursos textuais nos permitiriam inferências mais consistentes, como eventuais fotografias, descrições dos locais dos crimes e falas das pessoas ouvidas nos relatos dos crimes. Relativamente às fotografias, até pela pequena exposição direta das mulheres assassinadas ou vítimas de outras violências, não é sempre possível saber se são brancas, negras, pardas etc., restando difícil tal identificação por outros recursos textuais. Portanto, a dimensão racial não se faz problema como componente interseccional para as estratégias narrativas jornalísticas que tratam dos crimes contra mulheres.

No que se refere ao nível socioeconômico e ao pertencimento a determinada classe social, as pistas são mais visíveis, especialmente pela indicação dos locais onde residiam as mulheres. Sem dúvida, o recorte da pesquisa indica que as mídias jornalísticas analisadas privilegiam em suas narrativas crimes cometidos contra mulheres pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo. No entanto, estão ausentes quaisquer abordagens que permitissem entender as dinâmicas que tornariam tais mulheres vítimas preferenciais, ao menos para as mídias jornalísticas, de crimes de gênero, restando ainda dúvida se há orientação editorial para

evitar notícias sobre essa modalidade de crimes quando perpetrados contra mulheres pertencentes a classes sociais de poder econômico elevado. Eventuais exceções ficam por conta de casos envolvendo mulheres já amplamente conhecidas ou cujas circunstâncias da morte ou outras formas de violência predominam sobre o critério de classe social.

Mais complexas são as dimensões da sexualidade como elemento constitutivo das motivações para os crimes. Se a recusa de ter relação sexual com o agressor não implica a explicitação pelas narrativas do crime adicional de estupro, ou tentativa de, fica ao menos sugerida uma suposta obrigatoriedade da mulher em se submeter sexualmente, particularmente como dinâmica do matrimônio. Evidenciou-se ainda, nas narrativas, o comportamento sexual moralmente desejável para as mulheres, segundo parâmetros heterossexuais de fidelidade ao homem e de procriação compulsória, de que é exemplo a noção de que mulheres que atendem tais requisitos “não mereciam morrer”. Parentes, vizinhos e policiais ouvidos nas narrativas são os responsáveis por trazerem à tona o não merecimento da morte para mulheres identificadas como boas mães, companheiras leais, trabalhadoras incansáveis e de reputação insuspeita. Como consequência da lógica brevemente descrita, as narrativas operam sinais de culpabilização das vítimas cuja sexualidade e demais dimensões comportamentais e de vivência social não estejam inscritas nos limites do supostamente desejável ou que tenham tentado impor a administração da própria sexualidade. Mulheres trans, lésbicas ou bissexuais estão praticamente ausentes das narrativas, que não nos oferecem pistas sobre essas vivências de gênero entre as vítimas dos crimes.

Quando da realização da coleta de dados, a Lei do Feminicídio – que tipifica os crimes contra mulheres por motivações de gênero, com agravamento das penas aos assassinos – ainda não havia sido aprovada no Brasil e, pela leitura do conjunto de narrativas, não se toma conhecimento da sua tramitação pelo Poder Legislativo. Assim, aspectos legais em casos de assassinatos contra mulheres estavam circunscritos aos crimes de morte genericamente considerados. Já a Lei Maria da Penha estava em pleno vigor. Porém, a leitura do conjunto de narrativas não aponta para a predominância dos princípios legais e socioculturais que motivaram a Lei Maria da Penha como organizadores de inteligibilidade sobre dimensões jurídicas dos crimes contra mulheres, particularmente no que o dispositivo explicita como componentes de relações de gênero. Ocasionalmente a lei é referida, porém muito mais pela negligência relativamente ao cumprimento dos seus princípios do que pela efetiva aplicação por parte dos diversos agentes do Estado que deveriam zelar por torná-la efetiva. As lógicas tradicionais que orientam as relações de gênero estão praticamente ausentes nas narrativas jornalísticas que analisamos, negligenciando o substrato machista e misógino que conduz os homens à prática de violências e assassinatos contra mulheres. Igualmente também nota-se, a partir das narrativas jornalísticas, a ausência das relações de gênero como elemento de orientação das ações de agentes policiais e do Judiciário, o que obstaculiza a plena aplicação da Lei Maria da Penha.

As histórias de vida das mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas, ao contrário do que se poderia supor, *não constituem* elemento central das narrativas jornalísticas analisadas. Mais do que indicar o predomínio do imperativo estatístico de casos que se somam na generalidade de violências que se acumulam e de mortes que se sucedem, temos o apagamento da existência das vítimas, que, no caso dos assassinatos, representa o que podemos compreender como uma “segunda morte”, agora decretada pela cobertura jornalística. Ainda que pudéssemos fazer o apelo fácil à impossibilidade de as vítimas de assassinatos contarem elas próprias as agruras vividas até a culminância na sua eliminação física, não estaria resolvido o problema do apagamento de suas histórias, passíveis de resgate a partir de depoimentos de pessoas que lhes foram próximas e queridas ao longo da vida. Substitui

tais relatos possíveis, com poucas exceções, a fala policial, que se limita a descrever, quase sempre superficialmente, o assassinato. Quando as mulheres vítimas continuam vivas, não há garantia de que a narrativa jornalística seja produzida por agentes interessados nas histórias de vida das sobreviventes, pois outra vez temos o predomínio das falas de agentes policiais. Nos poucos casos em que as mulheres vítimas têm oportunidade de contar suas histórias, a mediação narrativa faz apelo mais aos aspectos que podem causar impacto emocional do que às relações de gênero implicadas. Como consequência desse apagamento predominante das histórias de vida, pouca atenção é dada aos desdobramentos dos casos de violências físicas e simbólicas e aos assassinatos para a vida das vítimas e das pessoas que lhes são próximas. Salvo raras exceções, julgamentos de agressores e assassinos, confessos ou pressupostos, somente merecem atenção jornalística em nosso recorte quando as repercussões do próprio assassinato foram objeto de intensa cobertura noticiosa.

Evidenciou-se, assim, que as mulheres vítimas de violência tenderam a ficar em segundo plano nas narrativas jornalísticas, por mais paradoxal que possa parecer, considerando que não haveria o conjunto de notícias que coletamos se não houvesse mulheres vitimizadas. O paradoxo se explica quando observamos que: predominam falas policiais e de outros agentes na explicação dos assassinatos e das violências físicas e simbólicas sofridas pelas mulheres, em detrimento das suas próprias falas, quando possível, ou de pessoas de círculos íntimos que pudessem em nome delas melhor apresentá-las em suas características; imagens e fotografias das mulheres vítimas dificilmente permitem uma percepção mais abrangente das suas características. Considerando que costuma ser imperioso, por razões de segurança, não mostrar as vítimas, há narrativas que dão outros detalhes sobre elas – como dados profissionais e indicação de local de residência – que podem expô-las; não raro as mulheres vítimas são responsabilizadas pelas agressões sofridas, seja por critérios morais, seja por artifícios comportamentais.

Se essas são algumas modalidades de figuração das mulheres nas narrativas jornalísticas analisadas, os agressores tendem a receber tratamentos também padronizados que, no limite, beiram a sugestão de que o agressor é a vítima. Em linhas gerais, os homens agressores são figurados como quem agiu por motivações de defesa da honra, segundo a lógica dos crimes passionais, ainda muito presente no imaginário social brasileiro e nas abordagens policiais. Em crimes considerados de alto teor de violência a imagem de “monstro” atribuída ao agressor tende a encobrir a própria natureza violenta do crime praticado e, por extensão, das relações de gênero implicadas. Ainda encontramos, em diversas narrativas, explicações sobre os motivos dos crimes contra mulheres como resultantes de estados mentais alterados, seja por eventual surto psicótico, seja pelo uso abusivo de álcool e/ou drogas.

O jornalismo, ao construir suas narrativas, opera um gesto de querer saber essas mortes que indica os modos de inteligibilidade a partir dos quais as compreende. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, aos eventos violentos, ofertando pistas acerca das lentes a partir das quais conferem certo tipo de visibilidade à violência contra a mulher, ainda que não necessariamente a reconhecendo como tal. Muitas vezes, tais relatos ignoram a trajetória realizada pelas mulheres quando buscam ajuda. Ao primeiro amparo oferecido por familiares, vizinhos e amigos, se apresenta em seguida uma rede de serviços marcada por não oferecer proteção efetiva a possíveis retaliações dos agressores e ampliar os sentimentos de culpa e vergonha experimentados pela vítima – o que a literatura especializada tem chamado de “rota crítica” (Sagot, 2000), em que é comum o estabelecimento de processos de revitimização, sobretudo nos serviços assistenciais e naqueles ligados à polícia e aos serviços judiciais. Nesse momento, pelo tipo de cobertura que vem realizando, constatamos que o jornalismo tem atuado como parte dessa “rota crítica”. As narrativas jornalísticas passam ao largo em incorporar a compreensão dos fatores que impedem que as mulheres

deixem o ciclo de violência, tanto os chamados fatores internos – os sentimentos envolvidos na situação – quanto aqueles externos – que versam sobre o modo como socialmente tais questões são reconhecidas. Tem-se uma percepção de que o problema das mulheres em situação de violência reporta algo de natureza “privada”, que não concerne ao debate e solução públicos.

Comentários finais

Os regimes de visibilização que organizam os relatos jornalísticos só podem ser compreendidos se admitirmos que visibilidade pode ser uma forma de não saber acerca do mundo, um *modo de conhecer redutor* a alguns de seus aspectos e dimensões. Nessa experiência organizada jornalisticamente *não se aprende a ser afetado* pelo mundo e não se põe em questão como *representar a vida de outros*. A referencialidade retorna como grande problema, que não há como ser enfrentado através de modos tradicionais de apreender o fazer jornalístico, seja através de critérios de qualidade (se se trata de um “bom” ou “mau” jornalismo), seja na adoção de pressupostos acerca do seu “modo de conhecimento” e dos princípios supostamente organizadores de um jornalismo noticioso “moderno”. Parece-nos que a não problematização da violência de gênero faz problema ao jornalismo, em suas reduções das complexidades do mundo e de suas a princípio estáveis âncoras (auto)legitimadoras.

A aproximação a mídias de perfis, inserções e configurações diferentes trouxe consigo, por sua vez, a necessidade de uma reflexão sobre o gesto intrinsecamente comparativo que se apresenta, mesmo que esse aproximar se dê por contraste, circunstancial ou localizadamente. A aproximação com os relatos jornalísticos reforçou uma compreensão de que eles, metodológica e empiricamente, não poderiam ser confundidos com as experiências de outros agentes vinculados à violência de gênero. Isso implica dizer que evitamos entender as narrativas jornalísticas como um amontoado de informações inertes para tomá-las como experiência e como parte de uma rede textual, como um lugar instável de inscrição e de articulação de outros textos, que se reformula a cada ato de leitura. Se isso é válido para as narrativas jornalísticas, o é também para o trabalho de pesquisa. Não há como desconsiderar que a rede textual capturada resulta das escolhas, teóricas e metodológicas, como discutimos acima, que constituem a própria investigação. Assim, a pesquisa reorganiza, a seu modo, tanto a violência contra a mulher como seu tratamento jornalístico, pondo em xeque ilusões referenciais ingênuas, que poderiam supor um espelhamento inquestionável entre fenômeno social, jornalismo e pesquisa científica. Assim, se tomadas como formas de “texto etnográfico que não precede ao trabalho do pesquisador, mas emerge exatamente com ele” (Leal, 2018, p. 29), como pensar que a violência também emergja nas textualidades postas em perspectiva? Os métodos e teorias adotadas, em alguma medida, não apenas podem fazer ver a violência de gênero, mas permitir ver seus modos de existir narrativos, para que dela possamos nos aproximar. Nesse movimento, é possível retirar inclusive potenciais elementos que contribuam para sua superação, tanto social, quanto no que significaria interromper os fluxos jornalísticos que, ao relatarem violência de gênero, podem produzir violências contra as mulheres.

No desenho da pesquisa intuíamos que a abordagem da violência contra as mulheres no jornalismo deveria dar conta de um emaranhado de elementos textuais, de atrizes, de atores, processos e linguagens que se articulariam de forma complexa em relatos agenciados em diferentes instâncias. No entanto, naquilo que denominamos neste artigo como “redução de complexidade”, as narrativas jornalísticas que analisamos acionaram um conjunto reduzido de agentes, além de lidarem com os assassinatos e demais crimes contra mulheres privilegiando os acontecimentos como parte de estatísticas genéricas de violências cotidianas e não como resultados de ações motivadas por relações de gênero.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANGÉLICO, Rocio; DIKENSTEIN, Violeta; FISCHBERG, Sabrina; MAFFEO, Florencia. El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores. **Universitas humanística**, n. 78, p. 281-303, 2014.
- ANTUNES, Elton; CALDEIRA, Bárbara Lopes; CIRINO, José Antônio Ferreira; GOES, José Cristian. Como dizer a invisibilidade dos processos jornalísticos: (re) pensando metodologias. In: MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (org.). **Experiências Metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019. p. 89-111.
- BAKER, Andrea Jean; BUSTAMANTE, Celeste González; RELLY, Jeannine E (org.). **Violence Against Women in the Global South: Reporting in the# MeToo era**. Cham: Springer International Publishing, 2023a.
- BAKER, Andrea Jean; BUSTAMANTE, Celeste González; RELLY, Jeannine E. Shifting the news narrative about violence against women in the Global South. In: BAKER, Andrea Jean; BUSTAMANTE, Celeste González; RELLY, Jeannine E (org.). **Violence Against Women in the Global South: Reporting in the# MeToo era**. Cham: Springer International Publishing, 2023b. p. 227-249.
- BENDER, Annah K. Ethics, methods, and measures in intimate partner violence research: The current state of the field. **Violence against women**, v. 23, n. 11, p. 1382-1413, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801216658977>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BERNS, Nancy. Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence. **Gender & society**, v. 15, n. 2, p. 262-281, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/089124301015002006>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 136-145.
- BULLOCK, Cathy Ferrand; CUBERT, Jason. Coverage of domestic violence fatalities by newspapers in Washington State. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 17, n. 5, p. 475-499, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260502017005001>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BUONANNO, Milly. Gender and media studies: progress and challenge in a vibrant research field. **Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura**, v. 50, p. 5-25, 2014. Disponível em: <https://www.analisi.cat/index.php/analisi/article/view/n50-buonanno>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BYERLY, Carolyn M. Feminism, theory, and communication: Progress, debates, and challenges ahead. In: HARP, Dustin; LOKE, Jaime; BACHMANN, Ingrid (org.). **Feminist approaches to media theory and research**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 19-35.

CALDEIRA, Bárbara. **“Queimem as bruxas”**: relatos em torno de feminicídios e o jornalismo como fogueira simbólica que incendeia mulheres mortas. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) — Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie (Ed.). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Editora Unesp, 2014.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Ação Educativa, 2004. p.7-16.

D'ARGEMIR, Dolors Comas; HERNÁNDEZ, Claudia María Anleu; APARICI, Eva Zafra. Los feminicidios de pareja en los medios de comunicación. Tratamiento informativo y marcos culturales interpretativos. In: TRUJILLO, M.; PASTOR, I (ed.) **La violencia de género desde las ciencias sociales**: Análisis crítico y propuestas para su comprensión. Madrid: Tecnos, 2021. p. 75-102.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Conceptualising violence and gender in the brazilian context: New issues and old dilemmas. **Feminist theory**, v. 17, n. 2, p. 175-190, 2016.

DEKESEREDY, Walter S.; SCHWARTZ, Martin D. Theoretical and definitional issues in violence against women. In: RENZETTI, Claire M.; EDLESON, Jeffrey L.; BERGEN, Raquel Kennedy (ed.). **Sourcebook on violence against women**, v. 2. London: Sage Publications, 2011. p. 3-22.

EASTEAL, Patricia; HOLLAND, Kate; BREEN, Michelle Dunne; VAUGHAN, Cathy; SUTHERLAND, Georgina. Australian media messages: Critical discourse analysis of two intimate homicides involving domestic violence. **Violence against women**, v. 25, n. 4, p. 441-462, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801218780364>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020. DOI: 10.29146/eeco-pos.v23i3.27643. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eeco_pos/article/view/27643. Acesso em: 12 nov. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GILLESPIE, Lane Kirkland *et al.* Framing deadly domestic violence: Why the media's spin matters in newspaper coverage of femicide. **Violence against women**, v. 19, n. 2, p. 222-245, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801213476457>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

GIUS, Chiara; LALLI, Pina. "I Loved Her so Much, But I Killed Her". Romantic Love as a Representational Frame for Intimate Partner Femicide in Three Italian Newspapers. **ESSACHESS-Journal for Communication Studies**, v. 7, n. 2, p. 53-75, 2014.

HOROWITZ, Minna. 21 Gender and Media. In: NAPOLI, Philip (ed.). **Mediated Communication- Handbooks of Communication Science**, v. 7. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2018. p. 395-410.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane (org.). **Textualidades Midiáticas**, 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. p. 17-34.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, v. 18, n. 1, p. 383-398, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n1.39377. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2016.

MOURÃO, Barbara Musumeci. Violência contra a mulher: conceito válido? In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (ed.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 285-292.

NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica; COELHO Isabel C. A estratificação do sexo na cobertura de feminicídios em Santa Catarina: reflexões conceituais e metodológicas a partir do pensamento de Gayle Rubin. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 20, 2022, Fortaleza, CE. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2022. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/a-estratificacao-do-sexo-na-cobertura-de-feminicidios-em-santa-catarina-reflexoe?lang=pt-br>> Acesso em: 15 set. 2024.

NETTLETON, Pamela Hill. Domestic violence in men's and women's magazines: Women are guilty of choosing the wrong men, men are not guilty of hitting women. **Women's studies in communication**, v. 34, n. 2, p. 139-160, 2011.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida**. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo: Editora Drops, 2021.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, ed. 37, p. 219-246, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PASINATO, Wânia. Violência contra a mulher: segurança e justiça. In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (ed.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 277-284.

PORTELLA, Ana Paula; RATTON, José Luiz. A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 93-118, 2015.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RICHARDS, Tara N.; KIRKLAND GILLESPIE, Lane; DWAYNE SMITH, M. Exploring news coverage of femicide: Does reporting the news add insult to injury? **Feminist Criminology**, v. 6, n. 3, p. 178-202, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1557085111409919>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. 3 v. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RYAN, Charlotte; ANASTARIO, Mike; DACUNHA, Alfredo. Changing coverage of domestic violence murders: A longitudinal experiment in participatory communication. **Journal of interpersonal violence**, v. 21, n. 2, p. 209-228, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260505282285>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países**. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SANEMATSU, Marisa. Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In: VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: Andi Comunicação e Direitos e Instituto Patrícia Galvão, 2011. p. 55-103.

SANEMATSU, Marisa (coord.). **Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão; Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2019. 52 p. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/monitoramento_final.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, Terezinha; ARAUJO, Thais. Vidas que ameritan el duelo público: cobertura periodística, feminicidios y vulnerabilidad. In: AZNAR, Hugo; FEMENÍA, Sandra; SUAREZ VILLEGAS, Juan Carlos (Ed.). **Comunicacion social y vulnerabilidades: aportes internacionales**. Valencia: Tirant Humanidades, 2024. p. 343-361.

SOARES, Barbara Musumeci. A “conflitualidade” conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, ed. 2, abr.-mai.-jun. 2012. p.191-210.

TAYLOR, Rae. Slain and slandered: A content analysis of the portrayal of femicide in crime news. **Homicide Studies**, v. 13, n. 1, p. 21-49, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1088767908326679>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Delitos de proximidade e violência doméstica. In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (ed.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 293-298.

VIVARTA, Veet (ed.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: Andi Comunicação e Direitos e Instituto Patrícia Galvão, 2011.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 30 mar. 2016.

Agradecimentos

Este artigo resulta de aportes financeiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).